

Câmara aprova eleição em escola

Gestão Democrática dá a alunos, pais, servidores e professores o direito de escolherem diretores de colégios

Cerca de 550 escolas públicas do DF realizam, nos dias 8 e 9 de dezembro, eleições diretas para diretores. O projeto de Gestão Democrática na Rede Pública foi aprovado na Câmara Legislativa, ontem à tarde, depois de duas semanas de negociações entre Governo, Sindicato dos Professores, lideranças estudantis e deputados da oposição, que resultaram na apresentação de 21 emendas. "Nenhum segmento saiu contrariado. Houve consenso geral. A vitória é da sociedade", comemorou a líder do Governo, deputada Lúcia Carvalho (PT).

Para chegar ao consenso, Governo e oposição foram obrigados a ceder em pontos até então considerados intocáveis. O GDF e o Sinpro abriram mão, pelo menos em relação ao pleito deste ano, da obrigatoriedade do candidato só poder concorrer na satélite na qual tem vínculo. Em contrapartida, a oposição voltou atrás na posição de defender o voto universal, que iguala o "peso" dos votos de pais, alunos, servidores e professores. Passou, portanto, a proposta do voto proporcional, de urnas por segmentos eleitorais.

Tanto a oposição quanto os representantes da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Umesb), que brigavam pela emenda, foram convencidos a recuar. "Chegamos a um entendimento. Cedemos neste caso, para conquistarmos avanços em outros", explicou Edimar Pireneus (PMDB). Uma das principais vitórias da bancada oposicionista, na opinião do deputado, foi a mudança do prazo

de realização do pleito, previsto no projeto de origem para ser promovido no prazo de 10 a 15 dias.

Propaganda — Das emendas a que ganhou a adesão imediata de todos os segmentos foi a de autoria do deputado José Ramalho (PDT) que proíbe a propaganda partidária nas salas de aula. Outra proposta consensual foi a que concede o direito dos candidatos a se licenciarem quatro dias antes da eleição. Para a diretora do Sinpro, Lúcia Ivanov, o entendimento em torno do projeto comprova "o grau de maturidade de todos os segmentos no sentido de reparar um erro da administração passada". Em 1991, o então governador Joaquim Roriz interrompeu o processo de eleição direta — iniciado em 1985 — reeditando as indicações via Palácio do Buriti. Ao todo, durante as negociações, a bancada do PMDB sugeriu 35 emendas, a Umesb sete e o deputado José Ramalho três. No final, as propostas foram fundidas. "Todos os setores saíram vitoriosos", comemorou o deputado Luiz Estevão, líder do PMDB. A deputada Maria José (PT) concorda "Venceu a democracia", disse depois de elogiar a colega de partido Lúcia Carvalho. Para Tadeu Felpelli (PMDB), os avanços garantidos resultaram de acordos fechados em longas reuniões. "Sem pressa e com muito debate chegamos a um projeto completo, que atende aos interesses da sociedade". Na opinião de Benício Tavares (PMDB), a participação dos estudantes foi fundamental. "Sem a colaboração deles o projeto sairia capenga".



Lideranças estudantis participaram dos 15 dias de discussões que antecederam a aprovação do projeto Gestão Democrática

PRINCIPAIS EMENDAS

- Assegurar a participação da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Brasília — Umesb na regulamentação da Lei e nas comissões paritárias.
- O mandato do diretor e do Conselho Escolar deverá ser de dois anos; com eleições em anos que não coincidam com eleições gerais (para o Executivo e o Legislativo).
- As escolas devem ser consideradas "unidades gestoras", para fins orçamentários, dispondo de recursos para uso de forma descentralizada.
- O candidato a diretor poderá concorrer ao cargo numa escola de outra Regional de Ensino diferente daquela onde tem sua lotação. Todavia, após o processo eleitoral, o candidato ficará lotado na Regional de Ensino onde disputou.
- O candidato a diretor deverá ter qualificação específica para o exercício do cargo.
- Definir regras no processo eleitoral que evitem a partidização das disputas e a reprodução de práticas indevidas de aliciamento eleitoral (distribuição de brindes, compra de votos, etc.).
- Exigir de todos os candidatos um compromisso em favor da alfabetização de jovens e adultos.
- A definição do calendário escolar e dos horários de funcionamento das unidades de ensino é uma atribuição do Conselho de Educação do DF, cabendo aos Conselhos das escolas a possibilidade de fazer adaptações em períodos de emergência.

Lúcia e Pireneus recebem aplausos

Os méritos da aprovação do projeto de Gestão Democrática foram partilhados, ao final da votação, pelos deputados Edimar Pireneus (PMDB) e Lúcia Carvalho (PT). Aplaudidos pelos professores que lotaram as galerias e pelos colegas de plenário, os dois não escondiam a emoção. A líder do governo chegou a chorar, após receber os cumprimentos. Em rápido discurso, Lúcia Carvalho fez um retrospecto das eleições para diretores, iniciadas em Brasília, em 1985, e interrompidas durante o governo de Joaquim Roriz. "Resgatamos aqui um erro histórico", disse. Pireneus, ex-líder do Governo Roriz, aproveitou para exaltar a maturidade política dos grupos envolvidos na aprovação do projeto. "Todos agiram com muita seriedade". Miquéias Paz (PC do B) fechou os discursos.

OPINIÃO DE DIRETORES E PROFESSORES

Josceline Pereira Nunes, professora de História do Centro de Ensino Guará II: "Muita gente ainda não está preparada para o projeto. A democracia não pode ser confundida com libertinagem. Precisamos encarar o processo com seriedade. O momento que estamos vivendo é superimportante porque a escola não é só aluno e professor. Problemas como evasão escolar e repetência de alunos vão poder ser solucionados a longo prazo com a execução da Gestão Democrática".
Amélia Rocha Mendes Moura, assistente de direção do Centro Educacional Ave Branca — Taguatinga: "O projeto de Gestão Democrática é fruto de todo o trabalho que já vem sendo feito dentro das escolas. O conselho escolar deixará de ser consultivo para ser deliberativo. Haverá um poder

maior distribuído entre pais, alunos e professores. Acho válido, pois o professor vai poder opinar sobre o seu trabalho".
Angélica Gomes da Costa, diretora da Escola Classe 410 Sul: "Se houver participação efetiva de todos, a minha expectativa é de que haja uma melhora tanto pedagógica quanto administrativa. Trazer a comunidade para dentro da escola será positivo. É necessário que os pais conheçam o trabalho desenvolvido com seus filhos dentro da escola".
Débora Cúgola, professora assistente do curso de magistério da Escola Normal de Brasília: "Acho o projeto de Gestão Democrática ótimo pois vem de encontro aos anseios da categoria. Até então tínhamos uma escola dita pública mas centrada nas mãos de poucos. A discussão salarial,

que é uma negociação que afeta a comunidade escolar, vai poder ser discutida além do âmbito sindical".
José Eustáquio Abadia, professor de geografia do Centro de Ensino 4 da Ceilândia: "A eleição de um diretor não pode ser como a de um vereador. O diretor deve ser eleito de maneira apartidária, por conscientização e sem propaganda política. O projeto de Gestão Democrática precisa definir bem que não haverá favorecimento de uma política negativa".
Elza Alcebíades, diretora da Escola Classe 403 Norte: "O projeto de Gestão Democrática é viável, mas ele não vai vingar de um dia para o outro. Participar das decisões é importante para o professor. No meu caso, como diretora, não vou mais carregar o barco sozinha".